

# ESTRUTURA EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA<sup>1</sup>

Arilda Ines Miranda RIBEIRO<sup>2</sup>

**RESUMO:** A pesquisa Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal procura reunir o maior número possível de informações sobre a Educação das mulheres portuguesas no século XVIII. Busca-se estas informações em autores que escreveram sobre a necessidade e a concepção desejada para a educação feminina em Portugal. A representação do universo feminino é analisada a partir de leituras realizadas sobre gênero e educação em dois aspectos: como ato de escolarização e como prática de sociabilidade. Analisa também algumas vozes dissonantes e consoantes ao Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I, bem como relatos de alguns viajantes, relativos às mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação – Portugal - Século XVIII; Educação Feminina - Século XVIII

**ABSTRACT:** The research Vestiges of the Feminine Education in the Century XVIII in Portugal tries to gather the largest possible amount of information about the Portuguese women's Education in the century XVIII. We looked for these information in authors that wrote about the need and the conception desired for the feminine education in Portugal. The representation of the feminine universe is analyzed starting from readings accomplished about gender and education in two aspects: acquiring knowledge and as sociability practice. It also analyzes some dissonant and consonants voices to Marquês de Pombal, during the reign of D. José I, as well as reports of some travelers, relative to the women.

**KEY-WORDS:** History of the Education – Portugal - Century XVIII; Feminine Education - Century XVIII

## Introdução

A palavra *estrutura* origina-se do verbo latino *struere* que significa construir. De acordo com Saviani (1990) há confusões de entendimento sobre o fato de construir ser algo já construído ou em construção. No entanto, na área educacional, *Estrutura* educacional é geralmente vista como sinônimo de *Sistema* educacional. Sistema entendido como situação ou organização do ensino.

A disciplina *Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico Brasileiro*, ao longo dos anos, responsabilizou-se responsabilizado pela explicação das reformas e legislações ocorridas na História da Educação Brasileira. Infelizmente

muitos educadores fundamentam-se nos artigos e parágrafos da Leis, sem “lerem” as suas entrelinhas. Em consequência, a disciplina apresenta-se muito árida e estática. Para Saviani (1990) é preciso entender o *espírito* das Leis: qual o contexto em que foram criadas, a que interesses vieram atender, os condicionantes sócio-econômicos e políticos, etc.

Dessa forma, a Estrutura Educacional da primeira República só pode ser vista através de suas reformas educacionais porque o estudo das reformas é do maior interesse para aprofundar o conhecimento sobre a Educação e suas relações com o meio externos. Sacristán (*apud* Silva &

<sup>1</sup> Prova escrita referente ao Concurso de Livre Docência na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico Brasileiro, realizada em outubro de 2000 na Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp – Presidente Prudente – Estado de São Paulo - Brasil.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Unesp – Presidente Prudente – Estado de São Paulo - Brasil.

Gentili, 1996) afirma que as reformas são referências atraentes para analisar os projetos políticos, econômicos e culturais daqueles que as propõem e do momento histórico no qual surgem.

### O fim do Império e a proclamação da República Brasileira

São várias as razões do declínio do período do Império Brasileiro: D. Pedro II era um homem cansado pelo peso dos anos. Sua sucessora, a Princesa Izabel dedicava-se mais as obras assistencialistas da Igreja Católica do que a causa da monarquia. Seu esposo, o Conde D'Eu não aspirava muita simpatia do povo brasileiro. Os militares estavam descontentes com o soldo e a baixa dignidade das tropas depois da guerra do Paraguai. A vinda necessária dos imigrantes confirmava-se com a abolição da escravatura em 1889. A imprensa republicana denunciava o atraso do liberalismo brasileiro, ao comemorar o centenário da Revolução Francesa. Roque Spencer Maciel de Barros diria que era época de um "bando de idéias novas" que surgiram no Brasil. Os estabelecimentos de Educação, financiados pela iniciativa privada anunciavam a decadência do desgastado ensino imperial. Sem lutas, e conformado com a situação, o velho imperador despediu-se do País e o entregou aos Militares e Republicanos. (Prado Jr., 1973)

Nos primeiros meses de governo, Deodoro da Fonseca sentiu o poder dos velhos barões do café, agora denominados *Coronéis da Oligarquia Cafeeira*. Em breve, veio a renúncia e como segundo presidente assumia um civil: Prudente de Moraes. A partir daquele momento, durante quarenta e um anos, teríamos uma alternância de poder na presidência do país, entre mineiros e paulistas. Era a chamada *República do Café com Leite*. Os dois Estados, Minas e São Paulo e o Distrito Federal, o Rio de Janeiro, seriam os maiores beneficiados pelos republicanos de primeira hora. A autonomia consagrada pelo Regime Republicano fundamentado na Federação, deixou os outros Estados entregues à própria sorte.

### A manutenção da Dualidade de Sistemas Educacionais

O sistema Dual de Ensino que existia durante o período imperial manteve-se na *República dos Governadores*. Conseqüência disso, foi a própria Constituição de 1891, que instituiu o Sistema Federativo do governo, consagrando a descentralização do ensino, a dualidade de sistemas. Em seu artigo de nº. 35, itens 3º e 4º ela reservou a União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover educação secundária no Distrito Federal, delegado aos Estados a competência para promover e legislar sobre a educação primária. Romanelli (1990) diria que na prática ficou o controle do Ensino Superior e todos os níveis de ensino para o Distrito Federal e os Estados o controle do ensino

primário e o ensino profissional, que na época compreendia as escolas Normais para as moças e escolas Técnicas para rapazes.

Em outras palavras, manteve-se a dualidade e a descentralização do ensino que evidenciam o favorecimento da educação para a elite, já que os Estados não possuíam recursos suficientes para a implementação de um ensino Primário de quantidade e qualidade. É sabido que esse ramo de ensino exige investimentos vultuosos em sua estrutura.

Além disso, a oligarquia cafeeira não estava interessada na expansão do ensino, já que via um perigo na emancipação dos jovens. O Ensino Técnico, símbolo da industrialização que começava a ocorrer, solicitava mão de obra qualificada. No entanto, a população urbana, não estava interessada no ensino técnico. A versão brasileira ao trabalho manual, preconizando por Fernando de Azevedo (1996), constituía para minar e ensino profissionalizante. A velha mentalidade aristocrática prevalecia: o povo afastou de si a idéia de educar-se para o trabalho.

É preciso considerar o fato de que no começo da República e após a I Guerra Mundial, as classes médias que existiam na zona urbana não tinham ainda a força numérica dos anos 30. Embora já existisse uma pequena burguesia, uma camada média de intelectuais letrados ou padres, o grosso da população ainda residia na zona rural. Para uma economia estruturada em base econômica agrário-exportadora, onde se assentava o latifúndio e a monocultura, as condições educacionais eram ainda incipientes.

### Reformas Educacionais

Além da dualidade de sistemas educacionais, houve também durante a Primeira República a tentativa de várias reformas educacionais, para a solução de problemas mais graves. A primeira delas e a mais famosa, foi a de Benjamim Constant. Infelizmente como afirma Romanelli (1990) não chegou a ser colocada em prática, a não ser em alguns aspectos.

Tentou-se com essa reforma a substituição do currículo acadêmico pelo enciclopédico, com a inclusão das disciplinas científicas, a criação do Pedagogium, que era uma espécie de centro de aperfeiçoamento do magistério. Não havia, no entanto, uma infraestrutura institucional para assegurar a sua implantação e o apoio das elites.

Aliás, o desinteresse pela causa educacional, por parte dos dirigentes ficou evidenciado, quando o governo alardeou na época, que estava preocupado com a reconstrução do Sistema Educacional ao criar o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, de curta duração. Juntava-se, assim, departamentos tão díspares em um mesmo órgão.

Além da Reforma Benjamim Constant, outras ocorreram: a Lei Orgânica Rivadavia

Correia, no Governo do Marechal Hermes da Fonseca (1911) que ocasionou-se um retrocesso na evolução dos sistemas ao decretar total liberdade e autonomia dos estabelecimentos e ao suprimir o caráter oficial do ensino. Também ocorreu a Reforma Carlos Maximiliano, que reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso através dele nas escolas superiores. (Romanelli, 1990) Reforma Rocha Vaz, no Governo de Artur Bernardes, 1925, que representou a última tentativa de instituir normas, e teve o mérito de estabelecer um acordo entre a União e os Estados, com o fim de promover a Educação Primária. Foi uma tentativa de eliminar os exames parcelados e propedêuticos.

Azevedo (1996) e Romanelli (1990) estão de acordo, ao afirmarem que infelizmente todas essas reformas e outras não citadas aqui por razão de espaço, foram tentativas frustradas. Talvez porque fossem isoladas e não tivessem o apoio nacional para implementação.

Fernando de Azevedo (1996), que também faria uma Reforma Educacional, assim como Anísio Teixeira, diria que a República, do ponto de vista cultural e pedagógico foi uma tentativa que abortou. A vitória do Federalismo, que deu plena autonomia aos Estados, na realidade, acentuou as diferenças regionais. No plano educacional apenas Minas, São Paulo e o Distrito Federal, tiveram sucesso na implantação de seus sistemas educacionais.

### Em São Paulo

Em São Paulo, as bases republicanas constituíram os princípios programáticos no tocante a instrução pública, principalmente porque nessa época exigia-se o sufrágio universal mesmo que só os homens pudessem votar. Reis Filho, em *A Ilusão Liberal* (1981) diria que a preocupação pela qualificação dos professores destacava-se ao lado da ênfase ao ensino livre que era então a tese defendida por positivistas, liberais, e cientificistas, em oposição aos conservadores católicos.

Rangel Pestana, proprietário do Jornal *O Estado de São Paulo* foi o criador de várias teses sobre Educação, criou inclusive o seu próprio colégio (Damiana Pestana) secundário para Moças (Ribeiro, 1996). O ensino particular aumentara o número de Escolas Normais Livres, bem como o Ensino Secundário.

Caetano Campos, administrador da Escola Normais do Estado de São Paulo, de janeiro de 1890 a setembro de 1891, reformou-as, embora tivesse tido pouco tempo para isso. No entanto, além de Campos, colaboraram para a reforma, o professor João Kopke, ex-professor do Colégio Florence de Campinas e do Colégio Pestana. Médico, de considerável renome, auxiliou com seus recursos do Método Intuitivo, e das últimas conquistas da Pedagogia Européia, na Escola Normal de São Paulo.

Também nessa época foi fundada a Escola Modelo, anexa a escola Normal de São

Paulo, em meados de 1890, com duas classes femininas, dirigidas por Dona Guilhermina Andrade e Miss Márcia Browne, introduzindo a exemplo de Kopke, a técnica do Método Intuitivo. (Reis Filho, 1981)

A crença no poder educativo das ciências levou a adoção de um Plano de Estudos Enciclopédico, desde a escola elementar e a todo o seu elenco de noções científicas. As influências de Comte e Spencer foram marcantes nas teses e argumentações em voga pela Educação Popular.

Para Monarcha (1989), o Escolavonismo Brasileiro, que acentuaria-se na década de 30, estaria alinhado a outros movimentos de aspirações modernizantes, que buscavam dentro de suas particularidades a fundação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna de 1922, o ciclo das rebeliões tenentistas, cujo ápice foi a revolução de 30.

O novo perfil do educador, denominado "pedagogo profissional" emergiu a partir da década de 20, com as Conferências Nacionais patrocinadas pela ABE. É nesse período que surge uma pleiade da vanguarda educacional, do porte de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Francisco Campos e Carneiro Leão.

### Considerações sobre o período

O período da primeira República ou a chamada *República Velha* foi um dos períodos mais agitados em termos de idéias, movimentos políticos, culturais e sociais. Nagle (1975) em seu estudo sobre *Educação e Sociedade na Primeira República* cita, em pormenores, os movimentos como o Socialismo, o Anarquismo, o Tenentismo, o Modernismo, o Integralismo, como exemplos da efervecência política. Cita o *Entusiasmo pela educação e o Otimismo pedagógico* que tão bem caracterizaram a década de 20 por ser uma atitude que começou a desenvolver-se nas correntes de idéias dos movimentos sociais e políticos.

Também é preciso encerrar essas considerações sobre a República Velha citando a Carta Pastoral de D. Paschoal Lemme, de 1916, em uma atitude de evidenciar a necessidade da Igreja em ministrar os ensinamentos católicos para o povo Brasileiro. Além da Carta Pastoral, os católicos fundariam também o Centro D. Vital e a Revista *A Ordem*. O conflito entre liberais escolanovistas e os católicos ocorreriam nos idos da década de 30.

A Primeira República não foi o espaço de implantação de uma Educação Nacional, porém foi em seus meandros propiciada a gestação dos condicionantes de uma Organização Educacional Brasileira.

Como menciona Alves Jr. (1984) *Educar é convencer*. E o convencimento se dá responsabilmente pela necessidade de realizar a humanidade de cada um pela construção da humanidade de todos. Infelizmente não houve convencimento educacional no período da Primeira

República e nas reformas que a sucederam. O liberalismo político e econômico que gerou o

liberalismo educacional, aprofundou as desigualdades sociais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES Jr., Celestino. *A escola como local de trabalho*. São Paulo: Cortez, 1990.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 6. ed Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MONARCHA, Carlos. *A reinvensão da cidade*. São Paulo: Cortez, 1989.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU, 1975.

PRADO Jr., Caio. *Colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

REIS Filho, Casemiro. *A ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.

RIBEIRO, Arilda I. M. *A Educação feminina no século XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

ROMANELLI, Otaiza. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978

SAVIANI, Dermeval. *Do Senso Comum à consciência Filosófica*. São Paulo: Cortez, 1984

SAVIANI, Dermeval. *Estrutura e Sistema*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1978

SILVA, T. T. & GENTILI, P. *Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996